

**I CONACSO – Congresso Nacional de Ciências Sociais:
desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de
2015, UFES, Vitória – ES.**

O Senado e a Representação de Interesses na Primeira República (1889-1930)

Taís de Cássia Badaró Alves

Centro Universitário São José de Itaperuna.

Mauro Macedo Campos

Professor Associado da UENF.

Resumo: O sistema de representação de interesses no Brasil conta com significativa produção a partir do marco de 1930. Contudo, a experiência das primeiras décadas do regime republicano suscita maiores interrogações. Este artigo pretende verificar as relações entre economia e política e caracterizar as formas de articulação entre os interesses privados e o Estado na Primeira República, com ênfase no “lugar” do Senado na atividade legislativa brasileira. Pela consideração dos setores da cafeicultura e dos industriais, busca-se investigar o Senado como *lócus* para a consecução de demandas na “Velha República” e pensar a efetividade da Câmara Alta como arena de pressão de interesses organizados. Em termos empíricos os estudos partem da verificação e análise das medidas específicas, relativas às políticas monetária e cambial focadas a estes setores. Pretende-se inferir os mecanismos mais efetivos, bem como as demandas mais contempladas pelas ações do Senado.

Palavras-chave: Primeira República; representação de interesses, Senado.

1. Introdução¹

O conjunto expressivo da produção clássica acerca das primeiras décadas do regime republicano produziu enfoques recorrentes de cunho econômico e político que reduziram o período ao “arranjo do café com leite” e à máxima da “política dos estados” em detrimento da efetividade da União². Tais questões já vêm sendo tratadas pela literatura por um outro olhar. Os estudos de Elisa Reis (1991) apontam para uma forma distinta de se pensar a dimensão do Estado e suas relações com grupos dominantes na Primeira República. O enfoque tradicional para esse período,

¹ Este artigo é parte de uma pesquisa maior que vem sendo elaborada pela autora, na tese de doutoramento em Sociologia Política, na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

² Os estudos de Elisa Reis (1991) concorrem para se repensar a dimensão do Estado e suas relações com os grupos dominantes na Primeira República.

[...] pende muito mais para uma ênfase propriamente política, consistindo na análise dos mecanismos da dita dominação oligárquica, do sistema coronelista [...] deles derivando, quase automaticamente as determinações dos interesses a serem contemplados pelas políticas econômicas. (MENDONÇA, 1999, p.24).

Na esteira desses enfoques, a implantação da experiência republicana se viu caracterizada como uma época fortemente definida pelo regionalismo, em que a política se dava exogenamente ao Congresso, ou seja, na relação direta entre o presidente e os líderes das oligarquias nacionais, configurada no “pacto oligárquico”³. Contudo, a partir da década de 1980⁴, outras abordagens, voltadas para uma releitura desse período, afirmaram maior complexidade do jogo político, assinalando embates e disputas para a demarcação dos espaços de hegemonia.

Este estudo, portanto, inscreve-se num campo de reflexões já de muito consolidadas sobre as relações entre Estado e grupos dominantes no Brasil e por consequência, valoriza o que se pode dizer, sobre uma certa ingerência do mercado na política – tema atual no campo da Ciência Política que se encontra, neste artigo, abordado em uma perspectiva histórica. O que se pretende é verificar a representação dos interesses da cafeicultura – para a manutenção de sua hegemonia – e do setor industrial, em sua emergência, junto ao Estado para a consecução de suas demandas.

A orientação assumida ao longo da Primeira República pelas políticas econômicas constituiu-se em pontos de conciliação e discórdia. Os setores abordados neste artigo mobilizaram-se, principalmente, em torno das operações monetária e cambial. Este recorte parte de uma expectativa de que os industriais se valeriam de tais políticas para a proteção e estímulo de sua produção; o Estado pela extração de rendas e os cafeicultores pela interferência que as políticas econômicas, exerciam nas relações com os países compradores de café.

Algumas considerações sobre o quadro das exportações brasileiras se fazem necessárias a fim de reafirmar o espaço da cafeicultura nesse período e pensar as relações desse setor com o Estado. O café representou, em média, 60% das vendas no exterior, embora, em alguns anos, tenha alcançado a marca de 80% das exportações brasileiras. Já

³ A ideia de pacto oligárquico estabelece que todas as lideranças políticas, desde os simples coronéis interioranos até os próceres da política nacional, de algum modo, estavam intimamente associados por laços de aliança e compromisso. Em todos os níveis, os favores e benefícios concedidos deviam ser retribuídos, em geral, em forma de votos e de apoio eleitoral. (PINTO, 1998).

⁴ Os estudos sobre economia e política na Primeira República vêm passando por importantes revisões. Steven Topik (1989), assinala a presença do Estado na economia no período em foco. A exemplo disso, Viscardi (2012), enfatiza a inviabilidade de se pensar em um arranjo capaz de anular as tensões que se impuseram no cenário da reconfiguração dos poderes no contexto de implantação do modelo republicano.

pelo lado do setor industrial, predominava a categoria de matérias-primas com uma participação aproximada de 50% no total importado pelo Brasil entre 1900 e 1930⁵.

Este artigo, contudo, limita-se a examinar a recorrência de medidas propugnadas pelo Senado para identificar as possíveis demandas e interesses correspondidos a estes dois setores ao longo da Primeira República. No tocante às medidas, a ênfase recai sobre as operações de câmbio (valorização e desvalorização), proteção tarifária, empréstimos e crédito.

Busca apontar, ainda que preliminarmente, algumas direções para se indagar – no âmbito da relação entre os poderes – em que medida a cafeicultura e o empresariado industrial acionaram o Legislativo como contrapeso à política do Executivo, e ainda avaliar o poder propositivo do Legislativo, informando melhor acerca da dinâmica política na Primeira República. Sendo assim, dentro do marco cronológico da Primeira República, procurou-se recortar uma problemática ainda não de todo esgotada: a representação de interesses de grupos que buscaram benefícios concentrados para suas demandas junto aos poderes constituídos.

2. Economia e Política na “Velha República”: cafeicultura e setor industrial

2.1. Frações da cafeicultura: os interesses em pauta

Para efeito do que se pretende neste artigo, a caracterização da cafeicultura limita-se à identificação de suas frações e demandas, especialmente em relação às políticas monetária e cambial. Tais políticas se constituíram como produto de um processo de diferenciação determinado pelas características das ações desempenhadas junto ao modelo da agricultura de exportação. A escolha de se trabalhar com as operações da política econômica, cabe observar, implica um exercício de delimitação em um amplo campo de expectativas dos setores em pauta.

Tomando a cafeicultura paulista como referência, é importante observar que os contornos das demandas refletem o histórico dos setores, bem como o desenho institucional no qual se inserem. A política cambial, a exemplo disso, consistia na porta de comunicação entre a economia nacional e a economia internacional, naquele contexto.

⁵ Os bens de consumo perderam espaço na pauta de importações para insumos industriais (ferro, aço, cimento), bens de capital (material rodante para estradas de ferro, trilhos, locomotivas), automóveis e combustíveis. Esses dados podem ser observados em Torelli (2004); Perissonotto (1997).

Conforme observa Saes (1981), em São Paulo, as tensões entre os membros da lavoura e os representantes do capital cafeeiro movimentaram a “Velha República”. Essa tensão tornou-se mais perceptível exatamente a partir das décadas iniciais do regime republicano, à medida que beneficiou a reprodução do grande capital cafeeiro em detrimento da reprodução dos capitais aplicados diretamente na lavoura.

Para a lavoura, dentre muitos interesses, havia os de cunho essencialmente econômico – que diretamente relaciona-se a este estudo – como os que visavam solucionar a questão das paridades monetárias e das taxas cambiais a favor dos interesses do grupo dos grandes produtores de café. Segundo Perissinotto (1997), emergiriam protestos por parte da lavoura contra o jogo especulativo ao qual se subordinava a reprodução do capital cafeeiro, gerando propostas de intervencionismo estatal especialmente no que se refere ao câmbio. Se por um lado, a desvalorização do mil-réis era desvantagem para as companhias de transporte, por outro, era vantajosa para a lavoura, pois a renda dos cafeicultores em moeda nacional tornava-se relativamente mais elevada.

Esses antagonismos perpassavam a política econômica do período – arena de disputas dos interesses que compõem nosso objeto de estudo. No tocante às demandas do grande capital cafeeiro, observa-se que, na atividade mercantil, residia a maior fonte de lucro, apesar da diversificação de seus investimentos e de suas atividades. A atividade mercantil é a que predominava, haja vista as relações do Brasil no cômputo mais geral da economia mundial: “o lugar” do modelo agrário-exportador. Apesar das atividades diversificadas engendradas pela produção e expansão do café, o grande capital cafeeiro estava voltado para as atividades financeiras e de infraestrutura⁶.

Os pontos de tensão entre as frações se intensificavam nos contextos de crise da economia cafeeira. A política monetária adotada pelo governo estava no centro dessa tensão. Afetados de forma diferente, ambos os grupos se mobilizavam em defesa de suas pretensões, incrementando suas relações com o Estado. Conforme observa Love (1982, p. 53),

As exigências básicas de São Paulo giravam em torno de serviços que somente o governo central poderia proporcionar – aval para os empréstimos feitos no estrangeiro, controle da política monetária e de divisas, e representação dos interesses econômicos do Estado no estrangeiro através de canais diplomáticos.

⁶ Por grande capital cafeeiro entende-se o bloco de capitais que se aplicavam no transporte do café (as empresas ferroviárias), nos novos serviços urbanos requeridos pela concentração populacional em São Paulo (transporte, iluminação, água e energia), no comércio importador e no financiamento das safras (os bancos). (PERISSINOTTO,1997).

Os interesses de São Paulo – eixo mais expressivo da cafeicultura na Primeira República – estavam voltados para os aspectos em que se considerava que a ação do Estado não era suficiente. Daí as tentativas de interferir nas políticas monetária e cambial e de garantir empréstimos e representações diplomáticas para o atendimento dos interesses econômicos do Estado no exterior, que pudessem valer tanto ao grupo dos produtores – a lavoura – quanto dos detentores do grande capital cafeeiro, ambos dependentes das dinâmicas de mercado.

2.2. A emergência do setor industrial: câmbio e tarifas

A trajetória do setor industrial na Primeira República é tema controverso, mobilizando debates e produzindo uma literatura especializada que discute não só questões relativas à emergência da indústria em um modelo agroexportador, como o grau de organização e afirmação de interesses do setor industrial.

A despeito das controvérsias que cercam o processo de industrialização no Brasil, este estudo pretende dialogar com abordagens que reconhecem a importância da indústria antes do marco de 1930, especialmente para valorizar a ação do empresariado industrial.

Os enfoques mais tradicionais, usualmente, atribuem ao Estado brasileiro, na Primeira República, o caráter de representante exclusivo dos interesses cafeeiros, um “Estado-comitê”⁷ e, conseqüentemente, afirma-se que sua política econômica deveria ser não-industrializante ou mesmo antiindustrialista.

Em estudo sobre a representação dos interesses do setor industrial no Brasil, Wagner Mancuso (2007), ressalta que os empresários, desde os primórdios do desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, revelaram uma alta capacidade de mobilização e de participação política na defesa de seus interesses específicos.

Os estudos de Leopoldi (2000), por sua vez, atentam para o papel do empresariado vinculado ao comércio e à indústria, como ação estratégica para as demandas de intervencionismo do Estado e a regulação do mercado, voltados especialmente para a questão tarifária.

⁷ A crítica à ideia de “Estado-comitê” está presente na renovação (já referida) de estudos sobre os mecanismos políticos e econômicos da Primeira República que se deu a partir dos anos de 1980. Muitos trabalhos apontam para a não homogeneidade dos interesses da cafeicultura, bem como caracterizam outros interesses agrários e não agrários. Para esse tema, considerar entre outros, os estudos de Angela de Castro Gomes (2002), com ênfase na ação do empresariado brasileiro nesse contexto.

Os industriais se sentiam ameaçados pelas oscilações cambiais e pelo peso do setor importador (importação de bens de consumo). Ilustrando a polêmica em torno da questão cambial, faz-se necessário considerar que, nos períodos de desvalorização da moeda nacional, criavam-se condições para ampliação da produção, diferentemente dos momentos de valorização, que proporcionava a intensificação dos investimentos, pelo barateamento das importações – o que favorecia o incremento industrial. Sobre a questão do câmbio, é importante observar que,

[...] o câmbio representou o eixo de articulação da economia brasileira com as dos países com quem o Brasil fazia trocas comerciais, obtinha divisas para importar, captava empréstimos para sustentar a produção e a exportação do café, bem como investimentos para as ferrovias, os serviços de eletricidade e transporte públicos. (LEOPOLDI, 2000, p.154).

A questão tarifária⁸, por sua vez, era fundamental para o sucesso do projeto industrial, tendo em vista a concorrência acirrada da indústria nacional, então incipiente, com um capitalismo internacional já plenamente estabelecido. Para tanto, a burguesia industrial da Primeira República, paradoxalmente portadora de um discurso liberal⁹, contava com a intervenção do Estado. Os industriais pressionavam o Estado e configurava-se, assim, uma luta em torno da elaboração ou revisão das tarifas.

3. A Arena Legislativa: interrogando o Senado como arena de poder

3.1. Ação dos cafeicultores e do setor industrial no espaço legislativo

Como premissa inicial para este artigo tem-se o reconhecimento das articulações (ou pressões) da cafeicultura e do setor industrial sobre a arena legislativa. Isso implica, no contexto mais amplo da pesquisa em curso, a aplicação da terminologia “grupos de pressão” – ainda que fora do contexto mais recorrente de sua utilização¹⁰.

⁸A tarifa, combinada a outras políticas como o câmbio, emissões e concessões de crédito, permitia a emergência da sobrevivência e consolidação da indústria no centro-sul, principalmente depois da mudança para o regime republicano.

⁹A posição pragmática do setor deve ser destacada. Sobre as ambiguidades na expressão liberal dos empresários industriais no Brasil, recomendam-se os estudos de W. Guilherme dos Santos (1978).

¹⁰ Grupos de interesse e grupos de pressão são recorrentes na literatura especializada da ciência política contemporânea. Em uma perspectiva histórica, encontra-se em Aragão (1994), a trajetória da Associação Comercial da Bahia¹⁰, que, fundada em 1811, destacou -se por sua atuação perante o Congresso Nacional, no início da experiência republicana.

De acordo com Torelli (2004), a Câmara e o Senado, tornaram-se espaços para grupos favoráveis e contrários às demandas da cafeicultura¹¹. Observa ainda que, o grande capital cafeeiro encontrava uma correspondência mais efetiva nesses espaços.

No tocante à ação do setor industrial, é importante destacar, segundo Leopoldi (2000, p. 106), que, com a República, “[...] os industrialistas foram incorporados como interlocutores na discussão das tarifas”. De forma bastante expressiva, afirma que o setor industrial mobilizou-se em torno da obtenção de medidas protecionistas, como a regulação tarifária seletiva das importações, o incentivo ao parque manufatureiro interno bem como o controle cambial. A pesquisadora observa que o Congresso passou a ser também o novo fórum de formulação da política tarifária, que antes ficava restrita ao âmbito exclusivo do Ministério da Fazenda. A atuação do CIB (Centro Industrial Brasileiro), ganha espaço nessas análises. Como entidade representativa dos industriais,

[...] envolveu-se diretamente no combate às políticas dos primeiros governos republicanos, fez *lobby* no Congresso, bloqueou tarifas desfavoráveis aos industriais e lutou por medidas protecionistas à indústria. Desta forma foi construindo, de maneira progressiva, o discurso industrialista e ampliando seu espaço no governo. (LEOPOLDI, 2000, p. 64).

Sobre a ação dos industriais no contexto da Primeira República, é importante reconhecer o embate de posicionamentos que oscilam entre os que afirmam a tese da “fragilidade do setor industrial”¹² e os que contariam esse postulado, pela valorização da ação dos industriais em diferentes contextos. Esse modelo de análise é defendido por Leopoldi (2000); Mancuso (2007), entre outros, para demonstrar a importância e a efetividade das organizações do setor.

Estas perspectivas suscitam a pesquisa empírica, na tentativa de elucidar um pouco mais as relações dos setores proeminentes na Primeira República com o Estado em suas diferentes instâncias. É seguindo essa orientação que se levantam algumas questões relativas ao Senado como espaço de poder na esfera legislativa, nesse contexto.

3.2. O Senado como esfera de poder e decisão

¹¹O autor indica a presença de grupos de adesão e oposição aos interesses da cafeicultura que se constituíam nesses espaços. Dentre os que se mostraram a favor destacaram-se nomes como Alfredo Elis, Cândido Rodrigues, Érico Coelho, entre outros, contrapondo-se a opositoristas como Barbosa Lima, Barata Ribeiro e Miguel Calmon.

¹²Essa tese se encontra representada pelos trabalhos de Luciano Martins (1968), Philippe Schmitter (1971), Edgar Carone (1977) e Mariza Sanz Leme (1978). Nessas referências, o protagonismo das ações voltadas para a industrialização, concentram-se no Estado e na conjuntura econômica internacional.

Estudos voltados para a análise do processo legislativo, no Brasil, apresentam-se centrados na Câmara de Deputados, como expressão maior do comportamento legislativo. Para Araújo (2008, p.204) “a escassez de estudos específicos sobre o Senado no Brasil deixa lacunas acerca do comportamento parlamentar nesta Casa e redundante em pouco conhecimento sobre o funcionamento do bicameralismo no país”. Essa lacuna torna-se ainda mais evidente quando se trata de interrogar sobre a Câmara Alta em períodos históricos mais remotos – problema que norteia este artigo.

Apesar desse quadro, parece ser consensual, para o caso brasileiro, que o Senado dispõe de atribuições legislativas expressivas, não se comportando como um ator secundário e funcionando como uma das câmaras altas mais fortes do mundo. (RICCI, 2008).

Diante do exposto, a legitimidade dos estudos que enfocam o Senado se impõe e justifica esta iniciativa, ainda que não se pretenda, neste texto, realizar uma análise do processo legislativo na Primeira República. Além disso, o recorte que norteia este artigo insere sobre um momento privilegiado: o contexto de implantação da República e da construção de seu desenho institucional¹³. A “fórmula” federalista bicameral – institutos muito valorizados nas análises sobre o funcionamento do poder Legislativo – compõem os contornos sobre os quais o Senado funcionou no contexto histórico em destaque. A relação entre federalismo e bicameralismo é entendida como fator que concorre para o fortalecimento do Senado. (STEPAN, 1999).

Sobre a “solução republicana federativa” no Brasil, Carvalho (1993), observa que esses dispositivos foram respostas institucionais, vislumbradas pelas elites, ao desafio de vencer tradições localistas e manter a unidade.

Nessas breves considerações que assinalam a legitimidade dos enfoques voltados para a importância do Senado na dinâmica do Estado, faz-se necessário mencionar as muitas competências atribuídas ao Congresso pelo texto constitucional de 1891¹⁴. Os espaços delimitados ao Senado e à Câmara dos Deputados devem ser considerados para melhor se entender a relação entre as esferas do Legislativo. Ainda que neste artigo essas

¹³Abordagem teórico-metodológica para a qual as instituições têm efeitos discerníveis e relevantes na vida política, influenciando sobre as decisões dos atores e sobre os resultados de suas ações. (North, 1981; Ostrom, 1990).

¹⁴ Sobre a amplitude das competências do Congresso, ver Constituição de 1891, Seção I, capítulo IV, art.34. No texto constitucional, pode-se observar mais de 30 competências privativas do Congresso.(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1891).

questões não tenham tratamento aprofundado, ficam como desafios para o desenvolvimento da pesquisa mais ampla em curso.

Como ressalva, para efeito dos limites que este artigo apresenta, quanto à articulação necessária entre Senado e a Câmara Baixa, Araújo (2012, p. 84), observa que

[...] a influência efetiva do Senado nas decisões do governo federal é algo escassamente explorado nas pesquisas sobre o legislativo brasileiro. Tal lacuna se deve, em parte, ao fato de que, nos estudos que consideram uma das nossas câmaras ou as duas, elas são consideradas em si mesmas, à revelia do fato de que deputados e senadores são atores estratégicos e suas escolhas são, portanto, interdependentes — as escolhas feitas por uns não se dão à revelia do comportamento conhecido ou esperado dos outros.

Feitas essas considerações, apresenta-se na sequência, o quadro demonstrativo das temáticas que se fizeram presentes no espaço mais específico da Câmara Alta e que permitem certas inferências acerca da correspondência a interesses específicos.

3.3. Política Monetária e Cambial : o Senado e a representação de interesses

Para os propósitos mais amplos da tese, algumas questões se estabelecem: a verificação do maior ou menor poder propositivo do Legislativo na Primeira República para as políticas em foco, expressando em que medida o Legislativo foi acionado, por parte do setor privado e a caracterização do papel ou do lugar do Legislativo como contrapeso ou ratificação do Executivo nesse contexto. Tais questões impõem uma análise mais específica, pois ainda permanecem obscuras sob os modelos explicativos clássicos acerca da dinâmica política na Primeira República.

Este artigo, contudo, limita-se a uma sucinta demonstração dos temas que mais circularam nos debates e proposições dos Anais do Senado Federal, em um intervalo de tempo delimitado, os anos iniciais da República, mais especificamente nos anos de 1890 a 1895. Este recorte foi feito a partir dos dados até então disponíveis e por outros fatores que se encontram discutidos na sequência do texto.

A escolha das políticas monetária e cambial para a pesquisa mais ampla em curso e para este estudo, se dá em função do lugar privilegiado que ocupavam na dinâmica da economia, em função dos imperativos do modelo agrário-exportador: tais políticas constituíam-se no “centro nervoso” das demandas para a afirmação dos setores em foco.

É importante ressaltar que uma gama de interesses circundavam essas políticas. A política tarifária, a exemplo, mobilizava amplos setores: industriais, o Estado – pelas rendas do imposto aduaneiro sobre as importações – os comerciantes importadores, os produtores de manufaturados estrangeiros e cafeicultores, pelas relações que mantêm com o mercado externo.

Sendo assim, na sequência do que se pretende demonstrar, cabe explicar alguns critérios e escolhas.

Em primeiro lugar, o intervalo de tempo recortado reflete uma escolha: a importância de se observar os anos iniciais da República que se constituíram de embates expressivos entre as frações da cafeicultura¹⁵ e ao mesmo tempo refletiram reorientações na política econômica: o encilhamento. Essa política econômica (1888-1892) dinamizou, especialmente, os negócios no Rio de Janeiro, sob a direção do ministro Rui Barbosa. Embora se discuta os fins para os quais foi implementada e seus desdobramentos, o que interessa aqui é a relação que se estabelece com a indústria¹⁶. Nesse contexto, emissão, crédito e proteção tarifária incentivaram o setor.

Para estudos posteriores e o próprio desenvolvimento da pesquisa a ser considerado na construção da tese, todo o espaço de tempo que compreende as quatro décadas da Primeira República serão considerados.

A pesquisa aos Anais do Senado sob uma abordagem quantitativa, se justifica como ponto de partida para a percepção das temáticas que se fizeram recorrentes e que, por expectativa – se verificadas em todo o intervalo de tempo da Primeira República – podem informar sobre uma época e um *modus operandi* dos grupos de pressão e das arenas de poder.

Quanto aos temas listados, e que constam nos quadros demonstrativos relativos ao período de 1890-1895, funcionam como mecanismos das políticas monetária e cambial que mais importavam no contexto delimitado. Cabe ainda observar que a justificativa para a separação entre setor cafeeiro e setor industrial, encontra-se na identificação de demandas mais específicas voltadas a esses setores que foram apresentadas no corpo do trabalho.

Diante do exposto, apresenta-se, na sequência, o quadro demonstrativo.

¹⁵ Esse período corresponde a um contexto mais favorável para a reprodução do grande capital cafeeiro, acirrando os embates entre as frações da cafeicultura. (SAES, 1981).

¹⁶ O setor têxtil se destacou nesse processo, chegando-se a registrar 25 estabelecimentos de grande porte na capital da República, o Rio de Janeiro. Além disso, uma das características da expansão industrial dessa época foi o crescimento concentrado, pelo estabelecimento de grandes firmas. Ver Leopoldi (2000).

Temáticas das Políticas Cambial/Monetária Senado Federal	Anos											
	1890		1891		1892		1893		1894		1895	
	Café	Ind.	Café	Ind.	Café	Ind.	Café	Ind.	Café	Ind.	Café	Ind.
Tributação	1	-										
Imposto de Exportação	6	-										
Emissão	2	-										
Arrecadação Impostos Estados	3	-										
Importação	-	1										
Imposto de Importação	-	12										
Emissão	-	2										
Arrecadação Impostos Estados	-	3										
Exportação			1	-								
Ajuste Cambial Valorização			1	-								
Ajuste Cambial Desvalorização			4	-								
Emissão			2	-								
Crédito			2	-								
Empréstimo			1	-								
Ajuste Cambial Valorização			-	1								
Imposto de Importação			-	3								
Emissão			-	2								
Estrada de Ferro			-	2								
Crédito			-	4								
Empréstimo			-	1								
Ajuste Cambial Desvalorização				-	1	-						
Emissão				-	1	-						
Ajuste Cambial Desvalorização					-	1						
Emissão					-	1						
Crédito					-	9						
Empréstimo					-	2						
Ajuste Cambial Desvalorização						-	1	-				
Imigração						-	1	-				
Crédito						-	1	-				
Imposto de Importação							-	1				
Crédito							-	1				
Imigração								-	2	-		
Imposto de Importação									-	1		
Ajuste Cambial Desvalorização										-	1	
Proteção Tarifária											-	2
Imposto de Exportação												1
Proteção Tarifária												- 1
Isenção												- 1
Imposto de Importação												- 2

DADOS EXTRAÍDOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL - disponível em www.senado.gov.br

As considerações finais esboçam uma tentativa – muito tímida – de estabelecer algumas inferências e conexões.

4. Considerações Finais:

Algumas referências apresentadas no corpo do trabalho apontaram para uma tendência mais atual na historiografia e áreas afins, de superação dos modelos de análise que simplificam o “jogo político” e, de forma categórica, desconsideram as prerrogativas da seara legislativa na articulação dos Poderes da República – em sua fase de implantação.

Discutir a dinâmica da representação de interesses na Primeira República, não implica tomar tal processo como síntese da política naquele contexto. As quatro décadas de

“fundação” do modelo republicano, certamente engendraram relações e dinâmicas bem amplas.

As escolhas feitas neste artigo constituem-se em pontos de partida para a caracterização das dinâmicas por meio das quais a cafeicultura e o setor industrial – entendidos como grupos de pressão – organizaram sua ação sobre o Estado (em seus poderes) para a consecução de seus interesses.

O que se pode inferir, considerando a incipiência dos dados pelo curto período abordado, é a proeminência do ajuste cambial – pela via da desvalorização da moeda – e a grande incidência do imposto sobre a importação. De forma elementar, mas como uma evidência, esse movimento expressa o embate entre as pressões do setor industrial e da cafeicultura, respectivamente, acenando para uma discreta vantagem para as pretensões industrialistas. O debate e as decisões acerca do imposto de importação nos Anais do Senado estabelecem a relação direta entre este dispositivo e o impulso à indústria e sua produção.

De fato, nesse contexto, a política do Encilhamento (já referida neste trabalho), engendrou um impulso significativo ao setor industrial. Afirma-se um ciclo de investimento industrial que, tendo se iniciado na década de 1880, se sustentou até, aproximadamente 1895, especialmente no centro-sul. Algumas evidências do incremento à indústria pela política do encilhamento foram observadas no corpo do artigo.

Os dados por ora obtidos – ainda que em sua precariedade – ensaiam um modelo de análise pela perspectiva de se observar ao longo dos anos, a correspondência em maior ou menor grau aos postulados da literatura especializada sobre o período. Claro está que, para os objetivos mais gerais da pesquisa, que extrapolam, em muito, os contornos deste artigo, outras dinâmicas deverão ser analisadas para que se possa inferir não apenas demandas correspondidas mas, especialmente, mecanismos de pressão dos setores que, do ponto de vista econômico e político, movimentaram a “Velha República”.

Referências:

ARAGÃO, Murilo de. **Grupos de pressão no congresso nacional: como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo**. São Paulo: Maltese, 1994.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. A Câmara Alta no presidencialismo brasileiro: o desempenho legislativo do Senado entre 1989 e 2000. In: LEMOS, Leany Barreiro (org.). **O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte**. vol 4. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2008. p. 203- 236.

_____. **O bicameralismo no Brasil: argumentos sobre a importância do Senado na análise do processo decisório federal.** Política e Sociedade, vol.11, n.21, Florianópolis, julho de 2012.

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945).** São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murillo de. Federalismo y centralización em el imperio brasileño. In: CARMAGNANI, M. (coord.). **Federalismos latinoamericanos: México, Brasil, Argentina.** Ciudad de México: El Colegio de México, 1993.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em 02 de set. de 2015.

GOMES, Ângela de Castro. A República não oligárquica e o liberalismo dos empresários. IN: SILVA, Sergio e ZMREZÁNY, orgs. **História Econômica da Primeira República.** São Paulo : Hucitec, 2002. p. 7- 16.

LEME, M. S. **A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945).** Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e Interesses na industrialização brasileira.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira: 1889-1937.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MANCUSO, Wagner P. **O Lobby da indústria no congresso nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo.** São Paulo. Humanitas: Edusp. 2007.

MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MENDONÇA, Sônia R. de. **Economia e Política na Historiografia Brasileira.** Revista Antropolítica.UFF. Niterói, n. 7, p. 23-39, 2. sem. 1999.

NORTH, Douglass. **Structure and Change in Economic History.** New York, 1981.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PERISSINOTTO, Renato M. **Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930).** 1997. Tese de Doutorado, IFCH-UNICAMP, Campinas, datilo.

PINTO, Surama Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a Dinâmica Política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. (Série Monografias premiadas, 1998).

REIS, Elisa. Poder Privado e Construção de Estado sob a Primeira República. In: Renato Raul Boschi (org.). **Corporativismo e desigualdade: A construção do Espaço Público no Brasil**. Rio de Janeiro; Rio Fundo Editora/IUPERJ, 1991, pp. 43-79.

RICCI, Paolo. A produção legislativa de iniciativa parlamentar no Congresso: diferenças e similaridades entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. In: LEMOS, Leany Barreiro (org.). **O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte**. vol 4. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2008. P. 237-272.

SAES, F.M.de. **Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1896-1906)**. Revista Brasileira de História, n. 2, 1981.

SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHMITTER, P. **Interest conflict and political change in Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1971.

_____. **Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou federações que ampliam o poder do demos**. *Dados*, n. 42, Rio de Janeiro, 1999.

TOPIK, Steven. **A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

TORELLI, Leandro Salman. **A defesa do café e a política cambial: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898-1920)**. 2004. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: IE-Unicamp.

VISCARDI, Claudia M.R. **O Teatro da Oligarquias. uma revisão da “Política do Café com Leite”**. B.H.: Fino Traço, 2012.